

IV - O papel da igreja

espaços institucionais de organização

Neide Esterci

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ESTERCI, N. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. IV – O papel da igreja: espaços institucionais de organização, p. 128-145. ISBN: 978-85-99662-54-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

IV

O Papel da Igreja: Espaços Institucionais de organização

- *Você está indo para onde?*
- *Vou à procura de terra para trabalhar.*
- *Terra aqui tem, mas precisa coragem...*
- *É, coragem a gente não tem, mas precisando... arranja*
(Diálogo entre o padre Francisco Jentel e um chegante; Santa Terezinha, 1966).

De acordo com o que foi visto até aqui, pode-se dizer que aos *posseiros* foi dado organizar-se de tal modo que suas ações surtiram uma eficácia significativa com relação aos fins por eles visados: as perdas que sofreram repercutiram, sem dúvida, sobre suas condições de vida enquanto grupo, mas eles lograram, de fato, impedir que um processo de expropriação mais radical fosse consumado. Quanto aos *peões*, parece que a modificação das formas de exploração do trabalho que caracterizam a peonagem, tal como foi aqui descrita, ocorreram muito mais em função das necessidades dessas empresas ao passarem da fase de instalação para a fase de funcionamento produtivo propriamente dito, quando os grandes contingentes de trabalhadores não eram mais necessários e elas podiam prescindir dos mecanismos de imobilização e coerção utilizados na fase anterior. Se isto é verdade, a questão que se coloca é saber que fatores teriam contribuído para a eficácia diferenciada da ação de *posseiros e peões*.

A começar, os *peões* estavam submetidos a uma forma de exploração do trabalho tão próxima à escravidão que as "fugas" se tornavam para eles a reação mais comum; a remuneração, por produção, por outro lado, criava a ilusão que, como vimos, os impediam de questionar o salário; acresce que o espaço dentro do qual os *peões* travavam suas lutas era o espaço do trabalho, dominado pelas empresas; finalmente, os *peões* não tiveram acesso a um aparato institucional que propiciasse um desenvolvimento de sua organização. De várias formas não só Jentel, mas a própria Prelazia de São Félix, na pessoa de seu bispo, denunciaram a situação dos *peões* e conseguiram que, em 1970, a Polícia Federal chegasse a Santa Terezinha, reprimisse os prepostos da empresa e os fizesse liberar centenas de trabalhadores coagidos. Muitas vezes Jentel entrou na cadeia de Santa Terezinha para de lá retirar *peões* presos e várias vezes os recolheu em sua casa, quando acuados pela milícia das empresas e pela polícia. Mas estas atitudes diferiam substancialmente das iniciativas que ele conseguiu pôr em prática com relação aos *posseiros* e do papel que tais iniciativas tiveram na organização da luta deste segmento.

A dificuldade de lidar com *peões* tem muitas explicações fundadas nas condições

objetivas desses trabalhadores - dispersos no interior das empresas, de passagem apenas pela periferia dos povoados, afastados inteiramente dos seus lugares de origem e de suas redes de relações sociais mais próximas. Várias vezes, nos momentos que se seguiram ao afastamento de Jentel, as equipes religiosas de São Félix do Araguaia se colocaram a questão de como lidar com os *peões* e até hoje a questão se recoloca nas áreas onde se abrem novas empresas e onde o esquema da peonagem é reacionado.³³

Na impossibilidade de avançar no momento sobre a questão dos *peões*, pretendo refletir neste capítulo o que significou para os *posseiros* terem podido dispor de um aparato institucional propiciador de recursos e quadros, representado pela Missão Religiosa Católica. De certo modo, o papel desse aparato institucional foi evidenciado na descrição das lutas travadas; aqui pretendo tomar em consideração especial o papel da Cooperativa, criada pelo padre Francisco Jentel, e as propostas de trabalho coletivo que foram feitas no bojo da luta. Para tanto, vou considerar, primeiro, como estas iniciativas se enquadravam no projeto político e econômico do padre Francisco Jentel para a área.

1. A cooperativa: objetivos econômicos e eficácia política

A história da disputa entre a Missão Religiosa Católica atuante na área e as empresas que adquiriram terras em Santa Terezinha é anterior à eclosão do conflito com os *posseiros*. Como se sabe, antes da CODEARA, três empresas tiveram o domínio das terras do povoado entre 1954 e o final de 1966, quando a última dessas empresas transferiu seus direitos ao Banco Nacional de Crédito, responsável pela CODEARA. Parece que o fato de as empresas anteriores terem projetos imobiliários não as fez tão interessadas em evacuar a população da área, daí que os moradores tenham sido sempre unânimes em seus depoimentos em afirmar que as primeiras empresas não chegaram a ameaçá-los. Alguns avaliavam, positivamente, sua relação com essas empresas e contavam casos de um ou outro *chegante* que teria sido contemplado com um lote já desmatado, onde instalar sua *propriedade*. Outros, inclusive entre aqueles que se tornaram lideranças do movimento contra a CODEARA, contavam terem se empregado na execução de tarefas de instalação dessas empresas, sem suspeitar que sua permanência futura no lugar pudesse estar sendo ameaçada.

O mesmo não aconteceu com os missionários da Prelazia de Conceição do Araguaia sob cuja jurisdição estava naquela ocasião a área de Santa Terezinha. Depois do caráter amistoso e de cooperação que marcou os primeiros contatos com os representantes da

³³ Claudio Perani faz uma constatação mais geral a respeito da dificuldade dos quadros da Igreja em lidarem com trabalhadores rurais para os quais se colocam outras questões que não sejam aquelas relativas à luta pela terra. No caso de *peões*, assim como de *volantes*, *clandestinos*, *bóias-frias*, as dificuldades existem também para o movimento sindical, embora alguns avanços venham ocorrendo (Perani: 1984).

empresa que veio se instalar em 1954, as contradições começaram a se anunciar dando origem a uma disputa que durou até 64, quando já começava a haver indícios de novas questões.

Desde 1926, missionários dominicanos visitavam o lugar onde se formou o povoado de Santa Terezinha e, em 1931, construíram, no Morro de Areia, um conjunto de casas destinadas à capela, ao abrigo de confessionais e ao funcionamento de um colégio. Quando, em 1954, chegou a primeira empresa, as casas não estavam, todavia, sendo utilizadas e foram solicitadas a título de empréstimo até que fossem construídos alojamentos próprios. Ao primeiro pedido de devolução das casas, entretanto, a empresa fez saber ao bispo que a capela e o colégio teriam que ser transferidos, adequando-se, especialmente, ao plano da futura cidade, parte da obra que caberia à empresa realizar. Enquanto insistia neste ponto, uma empresa ia passando as casas ao uso dos novos proprietários aos quais transferia o domínio das terras, de modo que a demanda em torno das casas durou até 64, quando, através de um processo judicial, a Prelazia conseguiu reaver suas propriedades. Proprietária das casas, a Igreja continuaria, entretanto, tolhida na sua intenção de expandir as estruturas materiais do seu plano de assistência e evangelização. Acresce que, neste período, foram se renovando os quadros da Prelazia, e se redefinindo sua posição política.³⁴

Sendo, essencialmente, ativo e empreendedor, o padre Francisco Jentel, ainda como responsável pela Missão Tapirapé, e antes de tornar-se vigário de Santa Terezinha, já projetava estradas, poços artesianos, experimentação de sementes, culturas e máquinas agrícolas. Em matéria intitulada "Araguaia: iniciativa particular supre omissão do Governo", a ação de Jentel e a Associação de Desenvolvimento do Vale do Araguaia (ADEVA), que por sua inspiração fora criada, foram assim referidas:

Há seis anos, aproximadamente, chegaria à região o sacerdote secular francês Francisco Jentel... Preocupou-se em promover o progresso econômico daquele setor, base única para obtenção de um melhor padrão de vida. (...) Veio a São Paulo, articulou relações e entendimentos, e acabou conseguindo com o apoio de médicos e outros profissionais liberais a constituição da ADEVA (O Estado de São Paulo, 29 de agosto de 1964)³⁵.

O primeiro resultado de vulto, a nível local, das iniciativas de Jentel foi a criação da Cooperativa Mista de Produtores do Araguaia (CAMIAR) e antes que as relações de Jentel com o *status quo* tomassem outro rumo, a Cooperativa foi vista com simpatia:

³⁴ A partir de certo momento, ganhou força, na Prelazia de Conceição do Araguaia, como Administrador Apostólico, D. Tomás Balduino, hoje bispo de Goiás e que nos anos seguintes iria se tornar um dos expoentes católicos da oposição ao governo e às políticas antipopulares aprovadas pelo regime. Também em Santa Terezinha, o antigo vigário foi substituído pelo padre Francisco Jentel, com o qual D. Tomás logo estabeleceu uma relação de complementaridade nas lutas que se seguiram.

³⁵ A ADEVA estava ligada a um grupo que no Brasil e, especificamente em São Paulo, representava o movimento "Economia e Humanismo" do Padre Lebret.

Articulou-se com aquela gente simples e conseguiu formar a Cooperativa Agrícola Mista do Araguaia. (...) O resultado: foi excelente. A Cooperativa já conquistou a confiança dos associados, pois financiou culturas na sementeira, e recebeu quota dos mesmos cooperados. Tudo se rege rigorosamente dentro da legislação cooperativista do País (O Estado de São Paulo, 29 de agosto de 1964).

As iniciativas de Jentel eram, pois, saldadas por seu caráter de suplência e talvez, a princípio, ele mesmo as visse sob este prisma. Acontece que tais iniciativas faziam parte de um plano de desenvolvimento econômico para a área que incluía o objetivo de melhoria das condições de vida da população, através do aumento da produtividade agrícola das pequenas unidades e da eliminação da intermediação dos comerciantes que expropriavam, via relações mercantis, os pequenos produtores.³⁶ Incluía, pois, o fortalecimento das pequenas unidades produtivas, o que iria fatalmente se chocar com a política governamental de privilegiamento do desenvolvimento da Região através das grandes unidades de exploração. Assim foi que, em 1966, ano da criação da SUDAM e da aprovação das leis de incentivos fiscais para investimentos na Amazônia, o caráter da própria Cooperativa começa a se redefinir no sentido de tornar-se um instrumento de resistência à dominação da empresa em Santa Terezinha. As palavras de D. Tomás Balduino ao vigário de Santa Terezinha nesta época deixavam bem clara esta percepção do novo papel que viria a ter a Cooperativa:

Acabo de chegar de Marabá... A Cooperativa de lá está me pedindo para a Prelazia se associar com ela na organização de uma rádio. (...) Frei Alano gostou muito de Santa Terezinha. (...) O Nasser vendeu o patrimônio da CIVA³⁷ a um pessoal de São Paulo. A turma, em número de 16, esteve lá ... e procurou Frei Alano para uma sondagem. (...) Andaram fazendo reunião com o pessoal da Cooperativa (de Marabá) a fim de propor venda de lote aos posseiros. Estão com a boca cheia de planos de colonização. Em vista disso, estou pensando em pedir ao Dr. Vicente, advogado da Prelazia, que dê uma assistência a vocês em Santa Terezinha, a fim de apoiar mais a turma dos cooperados. Precisamos agir sem barulho e com mais eficácia técnica. Uma vez a coisa organizada, a Companhia não poderá conseguir nada (Carta de D. Tomás ao padre Dentel, 14 de abril de 1966; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Encontrando resistência entre os pequenos produtores à proposta da Cooperativa, o padre Francisco Jentel ia explicando a idéia a seus paroquianos, associando o papel que a Cooperativa teria na elevação da produtividade da atividade agrícola com o papel de resistência face à luta que teria que ser travada futuramente:

- O padre Francisco reuniu o povo e disse como ia acontecer aqui, futuramente, no lugar. Pensou que através de uma cooperativa o pessoal era melhor de se organizar...

³⁶ Maria Emília Pacheco Lisboa fez um bom estudo da dominação exercida sobre pequenos produtores pelos donos do capital usurário da Amazônia (Pacheco: 1980).

³⁷ CIVA - Companhia Imobiliária do Vale do Araguaia, terceira empresa a tentar se instalar em Santa Terezinha e que transferiu à CODEARA seus direitos. Michel Nasser era um dos seus diretores.

- Mas como é que ele explicava, como é que ele falava com o povo?
- Ele falava que era para o povo, através da Cooperativa.. . o povo ia ter benefício na lavoura, para ter condição técnica de o povo trabalhar, porque, só a braço, ele viu que não dava. Então, ele queria que tivesse um trator para arar a terra, que o pessoal aprendesse a trabalhar a terra arada. Até fez umas experiências aí ...
- Essas experiências já eram ligadas à Cooperativa?
era para dar certo para ficar valendo para a Cooperativa" (José Carlos, possessor de Santa Terezinha, ex-balconista e ex-presidente da Cooperativa).

A Cooperativa nascia assim sob a orientação de dois objetivos: o econômico, pelo qual se pretendia melhorar as condições de vida e trabalho, promovendo, através do crédito, de novas técnicas e de mecanismos de comercialização, maior rentabilidade e produtividade da atividade dos pequenos produtores; o outro objetivo era eminentemente político, no sentido de organizar os pequenos produtores de modo que, através da Cooperativa, eles pudessem resistir às pressões que viriam.

A Cooperativa Mista de Produtores do Araguaia, criada em 1964 e oficialmente reconhecida em 1965, desenvolveria as seguintes atividades: concessão de crédito para a produção, *fornecimento* de mercadorias durante a realização das tarefas na entressafra, abastecimento dos associados com produtos de consumo, compra da produção dos associados. Acoplada à Cooperativa haveria uma usina de beneficiamento do arroz, principal item da produção dos pequenos produtores.

Cada uma destas atividades previstas gerou problemas que têm a ver, diretamente, com a viabilidade econômica deste tipo de empresa; entretanto, dados os fundamentos doutrinários da própria proposta cooperativista, a frustração que advinha da dificuldade de cumprir a contento as finalidades desejadas acabava gerando complicadores adicionais de ordem política e ideológica, conforme veremos em seguida.³⁸

A concessão de crédito para a produção é um investimento feito por uma cooperativa e que está diretamente vinculado à expectativa de obter como retorno pelo menos parte do produto que ela financia. Três problemas, entretanto, ocorriam com relação a este tipo de serviço a ser prestado: os recursos eram escassos para generalizar a concessão de crédito aos

³⁸ José Roberto Pereira Novaes, através de uma revisão bibliográfica dos ideólogos do cooperativismo, oferece um ponto de partida para a compreensão dos modelos de percepção da realidade e dos princípios doutrinários que podem estar em jogo nas propostas de organização cooperativa. Tomando, por um lado, a *Questão Agrária* de Kautsky e, por outro lado, as formulações dos idealizadores do movimento cooperativista do século XIX, esclarece que, para Kautsky e, dado o contexto político e social dentro do qual ele raciocinava, as cooperativas seriam instituições "de grande importância no sentido de contribuir para a remoção dos obstáculos que bloqueiam o livre desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura" (Novaes: 1983; página 3); enquanto que, para os "utópicos" do século XIX, o cooperativismo deveria se desenvolver como contraposição ao desenvolvimento do capitalismo, com regras próprias, diferentes daquelas que regiam a sociedade - eram, portanto, elementos de transformação da sociedade para uma organização social "superior" (Novaes: 1983; página 6). Em que pese as diferenças, a motivação que deu origem à Cooperativa de Santa Terezinha está certamente mais próxima da concepção dos "utópicos".

associados; dado que os pequenos produtores muitas vezes não tinham como suprir necessidades básicas de suas famílias, parcelas do crédito obtido eram desviadas da produção para fazerem face a necessidades imediatas como, por exemplo, e este era o caso mais citado, adquirir material escolar para os filhos; finalmente, a incapacidade de muitos associados de ressarcirem as dívidas contraídas pelo crédito. A questão do desvio de parcelas do crédito voltado para a produção é, do ponto de vista de um fiscal de banco, por exemplo, uma atitude inaceitável, entretanto, os dirigentes de uma cooperativa como a de Santa Terezinha, também eles pequenos produtores, tendem a compreender o que se passa e a transigir com esta quebra de contrato. Leilah Landin fez o mesmo tipo de observação com relação ao caso de uma cooperativa por ela estudada em Pernambuco (Landin: 1980).

O fornecimento é um tipo de crédito que tem finalidade diferente: destina-se a suprir basicamente os gastos com a alimentação do pequeno produtor e de sua família enquanto ele está dedicado à produção. Os problemas decorrentes do *fornecimento* coincidem com os problemas acarretados pelo *fiado* - um tipo de venda a prazo sem o caráter do *fornecimento*. Entretanto, os problemas de atraso ou de não pagamento do *fiado* são os mesmos. Para solucionar estes problemas a diretoria podia adotar duas medidas: cortar o *fiado* para todos os associados ou selecionar a quem fiar. Ora, os pequenos produtores não podem prescindir do *fiado* e nisto se baseia a relação que eles estabelecem com os comerciantes, de tal modo que suportam e até justificam os preços mais altos que lhe são geralmente cobrados como se fosse uma contrapartida do *fiado*.³⁹ Se a Cooperativa não vende *fiado* eles têm de recorrer ao comércio local e isto é uma quebra do compromisso que é esperado dos associados para com a Cooperativa. Por outro lado, os pequenos produtores de Santa Terezinha faziam uma associação entre *fiar e confiar*, daí o corte do *fiado* produzir a mágoa de não ser tido em confiança, no meio daqueles mesmos entre os quais se pregava que deveria haver união, solidariedade e igualdade ... Se os comerciantes podiam *fiar* era, em parte, porque dispunham de maior capital de giro e maior capacidade de pressão no sentido de obter o pagamento da conta. Na Cooperativa as coisas se complicavam também por esse lado porque ou a Cooperativa era "do padre", ou ela era "dos *posseiros*" e em qualquer dos casos esperava-se maior complacência. Mas os comerciantes podiam *fiar* também porque cobravam preços altos das mercadorias e isto leva à consideração da terceira atividade a ser realizada pela Cooperativa: a venda para o consumo.

Esperava-se, com respeito a este item, que a Cooperativa cobrasse preços mais baixos

³⁹ Há um trabalho muito interessante a respeito desse aspecto da relação entre pequenos produtores e comerciantes que se intitula "Relações de Crédito na Irlanda Rural", onde os autores chamam atenção exatamente para a inadequação da visão tida por uma pessoa de fora que se depara com os altos juros cobrados pelos comerciantes e a percepção tida da relação por aqueles que se beneficiam do crédito (cf. Arensberg,

do que os comerciantes, já que um dos pressupostos era que os comerciantes eram exploradores. Raramente, no entanto, a Cooperativa conseguia vender por preços mais baixos. Então, "para que serve a Cooperativa?"

Finalmente, a compra da produção dos associados: muitas vezes a Cooperativa não dispunha de recursos suficientes para adquirir a produção na safra. Isto, de novo, desdobrava-se politicamente: a oposição criada na luta com os comerciantes era grande e entre os mais fortes estava o concessionário da PLANTA SA - um armazém da CODEARA -, sempre capaz de adquirir o arroz produzido pelos *posseiros* ...

Apesar de todos estes problemas, que de resto não são uma particularidade da Cooperativa de Santa Terezinha, a Cooperativa continuou a funcionar. Entretanto, com o afastamento do padre Francisco Jentel, em 1972, a equipe pastoral de Santa Terezinha tomou uma feição inteiramente nova, mas a tendência de muitos pequenos produtores foi minimizar o efeito dos problemas passados, atribuindo ao padre Francisco Jentel a capacidade de sempre resolvê-los:

O padre Francisco fornecia; ele não tinha esse problema de gente que não pagava (Cícero, posseiro, ex-fiscal da Cooperativa).

O padre Francisco emprestava dinheiro; não tinha, mas ele arranjava, e quando não pagava ele zangava. Fazia o empréstimo e a cobrança, pessoalmente. Por isso o povo pensa que a Cooperativa é do padre Francisco (Doca, posseiro, ex-membro da diretoria da Cooperativa).

Formulações desse tipo se faziam muito mais no sentido de uma oposição ao presente, já passados dez anos desde o afastamento de Jentel. O caso é que a nova equipe tinha outra orientação e outra expectativa com relação à Cooperativa e à própria relação que deveria ter a Missão com os *posseiros*. Enquanto Jentel buscava a qualquer custo manter a Cooperativa em funcionamento, a nova equipe pensava que ou ela se automantinha ou deixava de funcionar. O depoimento abaixo dá bem a medida de como se mantinha a Cooperativa nos anos passados:

- Agora, como é que foi a tentativa de botar a produção dos posseiros na Cooperativa? No começo dava certo; teve algum momento que deu certo? Como é que funciona isso?

- É, deu sim. Não deu muito certo não, porque sempre a Cooperativa vinha aperreada. O padre Francisco, no início, ele recebia o arroz, mas sempre pagando. Era mais barato, mas sempre pagando e juntando, pra poder beneficiar. E daí, a Cooperativa ajudava um pouquinho na maneira que, satisfazendo e ajudando um pouquinho na maneira que os associados precisava para derrubar a roça; e também, na hora de colher, na colheita, ela arranjava um pouco de dinheiro. Mas não que tivesse uma verba especialmente para isso, porque não dava não" (José Carlos, posseiro, ex-balconista e ex-presidente da Cooperativa).

Quando se referiam ao período em que estava presente Jentel, os pequenos produtores falavam em problemas, falavam na falta de compreensão do que era a Cooperativa, no não assumir a responsabilidade da Cooperativa; mas com a saída de Jentel eles passam a falar em "crise", em "fracasso" da Cooperativa e começa a se alastrar a idéia de que a Cooperativa pode ou deve acabar. De qualquer modo, nunca há uma compreensão de que a Cooperativa é inviável - os "fracassos" são atribuídos ora a "roubos", ora à "má organização, ora ao não pagamento dos *fiados*. Tudo isto sempre foi motivo para desavenças e conflitos sérios entre associados, entre associados e diretoria. Um dos líderes do movimento dos *posseiros* foi inclusive acusado de ter desviado o dinheiro da Cooperativa e este tipo de acusação que não foi feita uma vez apenas, mas era acionado vez por outra para explicar as crises, nunca podia ser plenamente comprovado.

Agora, a questão que se coloca é a seguinte: diante de tantas dificuldades por que a Cooperativa se mantém há quase vinte anos? Qual o tipo de importância dessa forma de organização? Qual o tipo de eficácia que ela teve no encaminhamento da luta dos *posseiros*?

Em 1983, a Cooperativa atravessava uma crise, desta vez, parece, maior seria do que as anteriores. Várias reuniões dos sócios foram feitas e as opiniões se dividiam - uns achando que seria melhor fechar a Cooperativa, outros relutando em fazê-lo. Afinal, depois de várias reuniões, foi feita uma votação e saiu vencedora a proposta de continuar e tentar contornar a crise. Algumas lideranças do movimento dos *posseiros* já haviam se afastado em virtude de desavenças ocorridas durante ou depois do movimento; outros estavam presentes, líderes ou auxiliares do padre Jentel. O argumento dos que apostaram na continuidade da Cooperativa indica a percepção do papel cumprido por ela como espaço de organização e como elemento legitimador das reivindicações de direitos dos *posseiros* frente às pretensões da empresa:

Eu pensei hoje, fiquei toda vida dentro da reunião pensando... nunca dei uma palavra contra. E é porque eu me lembro, não é de hoje, da maneira como nós estamos, temos cidade aqui, temos tudo ... E como que começou tudo isto aqui? Nós começamos foi com aquela Cooperativa ... Então, porque ela hoje fracassou, nós vamos enterrar ela? Nós nos enterremos também! Então, eu não concordei de acabar. Teve gente que concordou que devia acabar, mas eu concordei de não acabar, e não quero que ela acabe (Eloy, posseiro de Santa Terezinha; 1983).

Agora, você falou que a Cooperativa foi uma coisa importante para o pessoal... Como é que é?

Em termos de... por exemplo, as terras, em termos do povo ter direito, endireitar a posse das terras.

É, porque você falou que, quando a CODEARA chegou, o povo já tinha

aquilo, uma coisa assim ...

É, já tinha, já tava se organizando, organizado, tinha Cooperativa. E a CODEARA chegou aí, e serviu de força mais para o povo, para poder ter ganhado as terras. E aí mesmo quando tinha qualquer problema de, por exemplo, da gente poder falar assim, perante a justiça, qualquer coisa que pra arrumar assim a documentação, tem mais força, porque aí apresentava a documentação: tem uma Cooperativa, tantos sócios, aí ficava mais fácil pra poder... (José Carlos, posseiro, ex-balconista, ex-presidente da Cooperativa; 1983). Não, não pode mesmo, eu sei que vocês não podem acabar com ela. Eu tenho falado por aí que a Cooperativa é os pés e as mãos de vocês aqui, dos posseiros. Se acabarem com a Cooperativa, acabam com vocês (Edival Reis, ex-líder dos posseiros; 1983).

Como foi dito anteriormente, os projetos de experimentação agrícola para os quais o padre Jentel obtinha verbas especiais visavam aumentar a produção que deveria reverter em fortalecimento da Cooperativa. Parece não terem sido esses projetos nem sempre muito bem sucedidos, mas o que é certo e importa em termos do objetivo político das iniciativas é que todos os líderes do movimento, sem exceção, estiveram ligados à Cooperativa. Alguns deles não eram mais ou, como no caso de Edival dos Reis, nunca haviam sido pequenos produtores, mas desempenhavam seu papel, participavam das discussões, faziam planos de luta dentro da Cooperativa. Não foi sem motivo que a repressão e os representantes da empresa, desde o início, denunciaram a Cooperativa, suas atividades e seus direitos como estando fora da lei:

Quanto aos objetivos de agitação promovida pelo padre François pareciam ter origem em seus interesses comerciais contrariados, visto que o mesmo manobra uma Cooperativa Mista do Araguaia... O quanto tem sido possível verificar, a referida Cooperativa não possui vida regular. Não tem atas de Assembléia, nem diretorias eleitas. Padre François fala, compra e vende em nome dela, ao que tudo indica em benefício próprio e do indivíduo Reis, que não tem qualquer atividade ligada à produção agrícola (Informe sobre tentativa de subversão da ordem em Santa Terezinha, assinado pelo presidente da CODEARA, datado de 11 de agosto de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Um tipo de acusação semelhante consta do relatório do capelão da Polícia Militar sobre os acontecimentos de 3 de março de 1972:

Padre François Jentel cometeu ainda o delito capitulado no artigo... ao adquirir, transportar, armazenar, ceder e doar arma de fogo e instrumentos de destruição, caracterizados estes por munição distribuída pessoalmente pelo referido padre e ainda através da Cooperativa Mista do Araguaia da qual é Presidente... (Arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

O fato é que realmente, nas várias vezes em que os *posseiros* estiveram reunidos à espera de algum tipo de enfrentamento ou refugiados em virtude da ameaça de repressão, foi através da Cooperativa que eles e suas famílias obtiveram alimentos e recursos necessários à sua manutenção:

Teve três meses que os posseiros ficaram na mata, naquele tempo da briga, e a Cooperativa dava tudo; ela arrumava tudo, a despesa, até dinheiro para algumas das mulheres dos posseiros... (Geni, posseira de Santa Terezinha;

1983).

Se estas funções assumidas pela Cooperativa no movimento eram valorizadas e atestam a sua eficiência enquanto espaço de organização e respaldo institucional para os *posseiros* sob vários aspectos, o conflito e a dissensão permeavam as relações entre os que dela participavam. Isto é importante porque demonstra que não é sobre a harmonia de uma união idealizada que se constrói a organização e a capacidade de luta de um grupo.

Falemos agora sobre as propostas de "roça comunitária" e o que elas representaram em termos de organização durante o conflito.

2. O trabalho coletivo como tática de luta

Em 1968, segundo ano de conflito aberto com a empresa, o padre Francisco Jentel obteve recursos para realizar uma experiência de trabalho coletivo numa das áreas de terra pleiteadas pelos *posseiros*. A "medição" não havia sido encaminhada, mas um acordo verbal com representantes da empresa indicava o local onde deveriam concentrar-se alguns dos lotes a serem demarcados. Uma parte da área foi derrubada coletivamente, realizando desta forma o beneficiamento do terreno e servindo de legitimação das pretensões dos *posseiros*, caso a empresa voltasse atrás no acordo feito. Depois da derrubada, os *posseiros* passaram ao plantio, também coletivamente, e foram sustentados durante as tarefas com recursos obtidos por Jentel especialmente para este fim (tratores, arame para cercas) , ou vindos da Cooperativa (alimentos) . O projeto foi denominado "roça comunitária", mas a compreensão que dele tiveram os pequenos produtores não foi a mesma que tiveram alguns membros da equipe pastoral. O que primeiro faz supor que assim tenha sido é o fato de a experiência nunca ter sido referida como "roça comunitária" pelos pequenos produtores.⁴⁰ Estes tendiam a ver a ação por eles acatada como uma tática de enfrentamento com a empresa pela qual procuravam firmar direitos sobre a área em questão, beneficiando uma extensão, a maior possível, no período de tempo destinado ao cultivo anual. Neste sentido, para os pequenos produtores era inclusive difícil distinguir a "roça comunitária", de que falavam os membros da equipe, de uma outra experiência semelhante, que parece foi realizada em 1970, também em função da defesa coletiva de uma área disputada com a empresa, e que eles conheciam como "roça grande". A referência mais aproximada da idéia de "roça comunitária" que pude ouvir dos *posseiros* com relação a estas experiências foi a seguinte:

Foi idéia do padre Francisco para ver se dava certo trabalhar de mutirão (Josefa, posseira de Santa Terezinha).

Como se vê, a aproximação foi feita apelando para algo já conhecido em termos de

⁴⁰ Para um estudo do modelo de organização que informa as propostas de "roça comunitária" e uma análise das incompatibilidades entre os pressupostos do modelo e as práticas e valores camponeses, ver ESTERCI: 1984.

trabalho coletivo, mas deixava de mencionar a proposta de coletivização da terra e, ainda mais, deixava explícita a percepção de que o *mutirão* posto em prática não correspondia exatamente ao costume do grupo mas era algo proposto pelo padre. A conjuntura de conflito não permitia que a avaliação da ação recaísse sobre a questão da organização do trabalho coletivo ou da apropriação coletiva da terra, fazendo-a recair inteiramente sobre a eficácia da ação conjunta no sentido de garantir a preservação das áreas. Dessa forma, para os membros da equipe religiosa, a idéia que ficava era de que a experiência "comunitária" funcionara bem, e que o seu não prosseguimento se deveria a fatores alheios ao projeto e à vontade dos participantes. De fato, no que se refere à experiência de 1968, não se chegou a colher os frutos do trabalho comum, pois logo no início do ano seguinte a empresa conseguiu embargar na justiça os trabalhos dos pequenos produtores.

Tendo se dado nesta fase, a paralisação da experiência favoreceu o fortalecimento da noção de que tudo teria ido bem não fosse a repressão vinda de fora. Eu me pergunto até que ponto o próprio padre Francisco estava muito empenhado na coletivização, pois o momento era muito mais o de tentar ganhar a terra; na perspectiva do padre, o projeto de transformação da ordem social na direção do socialismo parecia não ter um peso tão grande.

Daí a necessidade de considerarem-se as conjunturas em que se fazem certas experiências, as propostas políticas e a formação ideológica daqueles que assumem essas iniciativas (Novaes: 1984; página 65). O não entendimento do que estivera em jogo, na prática, nas experiências de trabalho coletivo realizadas por Jentel durante o conflito, levou alguns membros da equipe que assumiu o trabalho pastoral em Santa Terezinha depois de seu afastamento a considerar que seria possível, agora que os *posseiros* já haviam obtido suas terras, pôr em prática uma nova experiência do tipo que supunham terem sido as experiências anteriores. Não se poderá dizer que o efeito demonstração das experiências "bem sucedidas" de 68 e de 70 tenha tido, por si só, um peso decisivo na iniciativa tomada em 1976, pois outros foram os fatores que, de forma imediata, exerceram o papel mais relevante. Foram estes os fatores: a preocupação com a venda das terras, uma vez tituladas; a intenção de elevar a produtividade da terra; a suposição de que o trabalho coletivo seria mais rentável; a compreensão de que do *mutirão*, como forma de cooperação costumeira, seria possível passar para formas "mais avançadas" de trabalho coletivo (CEDI: 1982; páginas 13 a 18). Examinemos, pois, como estes fatores de motivação atuam na prática. Ao fazê-lo, entretanto, vou me permitir lançar mão não somente da experiência de Santa Terezinha, mas ter também como referência outras situações. Assim sendo, não estarei analisando propriamente a "roça comunitária" proposta em 1976 aos pequenos produtores de Santa Terezinha, pois isto já foi feito em trabalhos anteriores (CEDI: 1982 e Esterici: 1984, páginas 40 a 43). Minha reflexão

será sobre questões que se colocam para os agentes, com respeito aos pequenos produtores, uma vez passada a fase do conflito.

3. A alienação da terra e seu significado

A preocupação com a venda de terras depois de documentadas tem sido uma constante nos casos de vitórias parciais do campesinato que, no momento anterior, resistiu às pressões de outros grupos sociais sobre as áreas por eles ocupadas. Alguns tomam esta atitude do campesinato como um indicativo de que a noção de terra como mercadoria faz parte da concepção dos *posseiros*.

Como o campesinato, mesmo os que têm sido incluídos na classificação de *posseiros*, não constitui um bloco homogêneo, e como a dominância das relações capitalistas não é sem efeito sobre a lógica camponesa, é de se supor que isto seja de fato assim para certos segmentos pelo menos. Entretanto, e uma vez reconhecida a heterogeneidade interna ao grupo, eu me perguntaria de novo, como sugere Bobannan, o que é a terra? E, neste contexto em que estamos agora situados, que vem a ser para eles a terra titulada? Maria Antonieta da Costa Vieira, através da pesquisa que vem realizando no sul do Pará, sugere que a mudança na concepção de terra dos *posseiros* acompanha a evolução mais global das transformações que se processam na Região e que explicam a passagem da terra como valor de uso para a terra como valor de troca. A mesma autora, no entanto, chama atenção para o fato de que é preciso atentar para o caráter da alienação de terras por parte dos *posseiros*, uma vez que nem todos os casos de alienação se equivalem, diferindo entre si seja no que se refere aos móveis da transação, seja no montante de terras alienado em cada propriedade, seja nas repercussões sobre a condição do *posseiro* em questão. Diz Maria Antonieta que um *posseiro* pode vender sua propriedade ou parte dela para pagar uma dívida, para mudar-se de um lugar do qual se "desgostou", ou para "servir" a um parente; que com o produto da venda pode montar um negócio, comprar outra terra mais adiante ou adquirir objetos desejados; que a venda da terra pode ou não implicar na perda da condição camponesa. Em Santa Terezinha, ouvi dizer que *posseiros* vendiam parte de suas terras para fazer uma viagem, obter recursos para uma festa ou arcar com despesas de doença na família; também ouvi dizer que outros deram o que tinham por "quase nada" porque haviam se "desgostado" do lugar em função de brigas com vizinhos e até desavenças familiares; em outros casos se alegava a falta de braços para tocar a propriedade em virtude da ausência dos filhos e da velhice dos pais. Algumas dessas razões alegadas deixavam perplexos os membros da Equipe Pastoral de Santa Terezinha, tanto mais que os preços irrisórios muitas vezes pleiteados como compensação faziam supor um desapego a esse bem julgado fundamental pela própria observação da disposição demonstrada

em resistir à sua usurpação. Do ponto de vista dos grupos dominantes e das autoridades com eles comprometidas, é fácil classificar esta atitude como sendo "posseiros profissionais", descaracterizando globalmente o grupo e ilegitimando as reivindicações e as lutas do campesinato. Colocando-nos, no entanto, do ponto de vista do campesinato, e numa posição menos simplificada, fica mais difícil elucidar a questão, e é preciso reconhecer que há muito que caminhar neste sentido. No caso de Santa Terezinha, a constatação de que "os primeiros que efetuaram estas transações foram os que não se empenharam na luta" reforçava a noção do caráter pedagógico da própria luta na construção da consciência acerca do valor da terra, mas a constatação seguinte de que afinal "quase cinquenta por cento dos beneficiados se desfez dos seus lotes" (CEDI: 1982; página 14) acabou levando a outras hipóteses vinculadas à capacidade das unidades camponesas gerirem, de modo satisfatório, a exploração das glebas tituladas em seu favor.

Além dessas considerações é preciso observar também que a própria "medição" altera negativamente a condição anterior dos pequenos produtores. No momento anterior, em virtude da existência de áreas livres, eles podiam abrir "áreas de serviço" fora da *propriedade*. Nestas áreas, sobre as quais não se reivindicava uma relação do tipo construída na *propriedade*, plantavam a roça de um ano ou mais, voltando a área a ser livre uma vez abandonada. Faziam-no em casos de rarearem as matas nas imediações da *propriedade* e quando as capoeiras ainda não estavam prontas para novo plantio. Mudavam assim a área de plantio sem ter que renunciar ao trabalho já investido na *propriedade*. Esta possibilidade foi eliminada com a "medição" e inclusive muitos pequenos produtores tiveram que abandonar suas *propriedades* para tirarem seus lotes em terrenos com mata suficiente. A necessidade de mudar em virtude da "medição" aconteceu também pela impossibilidade de tirarem-se áreas de cem hectares contíguos conforme a prescrição legal, para todos os *proprietários* concentrados num mesmo espaço. Uma outra consequência dessa transferência foi a liquidação de núcleos de *vizinhos* e de cooperação no trabalho. Restaria apenas lembrar, com relação aos efeitos deterioradores da condição anterior, o impedimento do acesso a recursos naturais disponíveis nos espaços de uso comunal que passaram ao domínio da empresa.

4. O aumento da produtividade como meta e a prática do mutirão

A questão remete, pois, à preocupação com a produtividade das unidades camponesas e à necessidade de desenvolver um esforço no sentido de, pelo apoio financeiro e pela mecanização, modernizar a produção camponesa para alcançar maiores níveis de produtividade da terra e do trabalho. Muitas vezes esse esforço aparece associado à idéia de desenvolver a prática do trabalho coletivo a partir de formas de cooperação costumeiras e,

especialmente, do *mutirão*. Até que ponto, no entanto, ao realizarem o *mutirão*, os camponeses têm, no aumento da produtividade, uma motivação tão importante? Parece, por exemplo, que, em muitos casos, os pequenos produtores estariam, inclusive, dispostos a aceitar a lentidão imposta pelo ritmo do trabalho em grupo para tornar mais amena uma tarefa a ser realizada e explorar a ocasião com o objetivo de estreitar relações sociais.

A convivência com o campesinato faz conhecer a expressão aparente de suas formas de cooperação no trabalho como *a trocade-dia*, *o adjunto*, *o mutirão* cujos critérios de participação, cooperação e retribuição muitas vezes nos escapam e fazem supor uma solidariedade irrestrita; as regras particulares do grupo que regem a apropriação da terra e recursos sugere o desapego à propriedade particular. Esta percepção da organização camponesa constitui a base da suposição de que o grupo seja portador dos germes de uma transformação social que o podem conduzir a uma forma ideal de socialismo. Acresce o fato de que, na conjuntura de luta pela terra, a força da solidariedade minimiza as disputas internas e as ações coletivas empreendidas, ao nível da produção, são interpretadas como outras tantas evidências do ethos comunitário do camponês, capazes de concorrer no mesmo sentido idealizado. Fica difícil perceber que as formas de cooperação no trabalho, as trocas de bens e as formas de apropriação têm caracteres específicos, não sendo necessariamente adequados aos parâmetros de outra forma de organização qualquer. Eu citaria alguns exemplos que concretizam o argumento. Em situações normais de vida cotidiana, os camponeses realizam *mutirões*, uma forma de ajuda mútua que se faz através do trabalho coletivo. O que é, e quais são as regras dessa forma de cooperação? Marie France Garcia fez uma leitura de vários autores que realizaram estudos de comunidades rurais em São Paulo (Garcia: sem data) e apreendeu nestas obras alguns pontos sobre os quais estes autores refletem com respeito ao *mutirão*.

O *mutirão* é convocado (ou oferecido a alguém), quando a força de trabalho do grupo doméstico não é suficiente ou não está em condições (caso de doença ou ausência do chefe de família, por exemplo) de realizar alguma tarefa a seu encargo. Entretanto, a dimensão econômica, de necessidade de realização da tarefa, não é a única motivação para a realização do *mutirão*: a festa, como forma de redistribuição de bens acumulados pelo dono do *mutirão*, o propiciamento de uma ocasião de maior entrosamento social, namoros, competição lúdica, é objeto de atenção de vários autores citados no texto de Marie France que fala no caráter de competição entre os participantes que realizam as tarefas disputando o título de eficiência com outros participantes; Donald Pierson fala no trabalho realizado no ritmo e ao som de músicas entoadas pelos participantes (Garcia: sem data; página 8). Eu mesma pude observar esta duplicidade de funções do *mutirão*:

Sempre que a gente convida um companheiro para um mutirão, a gente já falou com o sanfoneiro, que geralmente vai baratinho ou vai por nada mesmo. Às vezes vai lá trabalhar com a gente e de noite toca. São dois, três, quatro que tocam à noite e os outros vão dançar. E tem sempre mulher para dançar! Se tem um mutirão, o pessoal já sabe que vai ter a festinha (José de Arimatéia e Manoel Rodrigues Matos, lavradores do Baixo Araguaia; CEDI: 1981; página 52).

Situações de conflito, quando o campesinato se vê ameaçado de perder suas terras, são favoráveis à implementação de *mutirões* no sentido de autodefesa do grupo e, então, o caráter festivo pode ser substituído pelo caráter político da cooperação. Vários autores mencionam casos como estes, e, no que se refere à Amazônia, eu lembraria, mais uma vez, o estudo feito por Maria Antonieta da Costa Vieira (Vieira: 1981). Ainda com relação à Amazônia é muito elucidativo outro depoimento dos mesmos lavradores acima citados, através do qual se pode ver que o *mutirão*, mesmo nestes casos de conflito, não é indicativo ou prenúncio de disposição para generalização do trabalho coletivo, nem da apropriação coletiva da terra que despreze os marcos da apropriação individualizada:

... quando já tinha dois anos, alguns até com oito anos, chegou o dono de uma madeireira dizendo que a terra era dele... O problema foi a gente se unir para resolver o caso. A gente tem experiência de que um sozinho não faz mutirão, mas cem ou duzentos fazem. Lá cada quem tem sua área dividida em marcação; que seja uma grota, uma pedra, tem sempre uma divisa. A gente faz mutirão na roça de cada um, derrubando, roçando, colhendo, até dar aquela colheita pronta, feita por todo mundo. Mas na hora de vender cada um vende o seu (José de Arimatéia e Manuel Rodrigues Matos; CEDI: 1982; página 50).

Vê-se a necessidade de autodefesa fazer com que se alterem de certo modo as regras do *mutirão*. Enquanto, normalmente, o *mutirão* se fez num momento determinado da produção (em geral aderrubada ou a colheita de um produto que se perde caso não seja colhido em tempo hábil), no caso de conflito o *mutirão* se estende a todas as etapas da produção, porque é preciso que, enquanto uns estejam dedicados às tarefas produtivas, outros se dediquem às tarefas militares de vigilância e defesa. Entretanto, os autores da reflexão procuram deixar claro que a expectativa é da terra apropriada em termos individuais, assim como é individual a apropriação do produto final do trabalho.

5. A recusa da coletivização em nome da liberdade

Se a busca da produtividade via inversão de recursos e mecanização produz o "medo de contrair dívidas", a modernização da produção via coletivização produz a reação de "não se querer envolver num trabalho comum porque cerceia a liberdade individual" (CEDI: 1982; página 17), alegação que toca diretamente o cerne da proposta de transformação social na

direção da socialização da produção. O que vem a ser então esta liberdade ameaçada e de que modo a coletivização se choca com a organização existente?

Para o campesinato, a base da unidade produtiva e reprodutiva do homem e da mulher, desde que formam uma nova família, e da *propriedade* com seu caráter dinâmico de relação que se constrói no tempo, e sua dimensão espacial perfeitamente identificável, é inconfundível com a dimensão espacial de quaisquer outras unidades já estabelecidas. Embora a noção de *propriedade* possa ser particular do campesinato de Santa Terezinha, forjada na situação de terra livre em que se desenvolveu a organização social, ela remete à condição essencial da definição de um grupo como camponês, na medida em que implica na prerrogativa de controle sobre o espaço de realização da produção e da reprodução do grupo doméstico. Na *propriedade*, as esferas de domínio da mulher e do homem se distinguem e se complementam de maneira complexa na casa - esfera do consumo - e na roça - esfera da produção. Como vimos, em Santa Terezinha, a *propriedade* era o lugar por excelência da realização do trabalho agrícola (a roça) e da criação de pequenos animais; enquanto as atividades de criação (de animais de grande porte) e de extração de recursos naturais se passavam nas áreas de uso comunal. Se, na *propriedade*, o trabalho do homem e da mulher se articulam de maneira complexa na casa e na roça, as áreas de uso comum são o lugar de domínio exclusivo do homem; mas se, na *propriedade*, a atividade da roça (esfera da produção) subordina a casa (esfera do consumo), entre a *propriedade* e as áreas de uso comum, a prioridade cabe à primeira, assim como a atividade agrícola domina a pecuária e o acesso à mata (mais propícia à atividade agrícola, suporte privilegiado da manutenção do grupo doméstico) tem prioridade sobre o acesso aos campos e aguadas (mais adequados à criação).

Esta prioridade conferida à *propriedade* talvez explique por que a "medição" que preservou os lotes individuais, mas implicou na perda das áreas de uso comunal, foi vivenciada como vitória, enquanto que a proposta de coletivização que implicava na eliminação da *propriedade* foi percebida como ameaça à liberdade - já que ameaçava o espaço de autonomia da unidade camponesa.

Esta compreensão parece mais adequada do que seria pensar que o ritmo, a produtividade e as demais expressões aparentes do distúrbio produzido pelo trabalho coletivo possam ser decisivos para a avaliação da inviabilidade do projeto de coletivização. Entender a liberdade no sentido de autonomia da unidade camponesa implica pensar a forma pela qual esta unidade se organiza internamente com liberdade, ou seja, segundo os padrões socioculturais do grupo. No interior dessa unidade é que o grupo doméstico constituído do pai, da mãe, dos filhos e eventuais membros adotivos, realiza fundamentalmente a produção e

o consumo. Cada membro do grupo desempenha funções na produção e tem acesso à redistribuição do produto do trabalho não de acordo com critérios "neutros", mas sim de acordo com a característica dos papéis já dados pelas relações dentro do grupo. É assim que a mulher, cujo papel é de mãe e reprodutora biológica do grupo, não realiza não importa que serviços, mas sempre algo que esteja culturalmente de acordo com a definição de seu papel. Da mesma forma, o pai ocupa um lugar singular na produção, organizando o trabalho, distribuindo as tarefas, tomando em última instância as decisões acerca do que e o quanto produzir, consultando a mulher naquilo que tem a ver diretamente com as necessidades do consumo imediato do grupo.

Ora, quando os membros de várias unidades são colocados no interior de uma mesma unidade através do *mutirão*, do *adjutório* ou da *troca-de-dias*, a organização existente não é ameaçada porque cada trabalhador se coloca sob as ordens do "dono-do-serviço", ou seja, do pai e chefe de família responsável pela produção daquela unidade. Por outro lado, era na casa, e sob a responsabilidade da "dona da casa", que se alimentavam os *companheiros*, vindos para prestar ajuda, mesmo quando, acompanhando os maridos ou os filhos, outras mulheres vinham cooperar na feitura da comida.

Quando se analisa um caso isolado e se fica preso ao elenco de dificuldades relacionadas pelos agentes, torna-se mais difícil destacar os pontos críticos da resistência à coletivização, porque os problemas aparecem todos colocados. no mesmo plano, como se fossem igualmente explicativos da falência do projeto. Entretanto, quando se toma um número maior de casos, percebe-se que estas colocações têm pesos diferentes e que, inclusive, não se referem todas à proposta de coletivização em si mesmas, assim como nem todas têm a ver com a incompatibilidade entre a organização coletiva e a organização camponesa.⁴¹

No momento em que ocorreram os acontecimentos referidos neste trabalho, a Igreja Católica, através de suas equipes locais, era a única instituição através da qual os pequenos produtores podiam consolidar sua organização e onde podiam buscar interlocutores e mediadores para enfrentar a luta contra a expropriação. Posteriormente, a cena política se complexificou com a presença de partidos políticos e com a explicitação de tendências que

⁴¹ Tive oportunidade de estudar um conjunto de experiências de "roças comunitárias" no Brasil e, através de textos referentes à Rússia, à China, ao Chile e à Nicarágua tive acesso a informações sobre as questões colocadas nos processos implementados nesses países. O que me pareceu da reflexão sobre todos esses casos é que a resistência do campesinato à coletivização está ligada à perda da autonomia da unidade doméstica, pois ela sempre se expressa através da reivindicação de manutenção do domínio sobre uma parcela de terra e um montante de força-de-trabalho com os quais seja possível realizar uma parte substantiva da produção para atendimento das necessidades do grupo.

antes permaneciam inibidas dada a força da repressão que pesava sobre os grupamentos políticos e dado o caráter de oposição que marcava a atuação de todos eles. Os pequenos produtores começaram a participar da luta eleitoral, o movimento sindical na região começou a construir sua história e tudo isto ainda se fez com a participação dos membros das equipes religiosas católicas, entre os quais se recrutaram, inclusive, candidatos a cargos públicos. Entretanto, parte da liderança política, formada no bojo das lutas pela posse da terra, não se adequou ao novo jogo de forças políticas e às novas estruturas de organização. Houve aqueles que se esvaziaram politicamente, houve os que permaneceram atuantes nos espaços já anteriormente dados, na Cooperativa, por exemplo, e houve quem, partindo para outras frentes, se tornasse liderança de movimentos de luta por terra construídos em moldes semelhantes ao movimento de Santa Terezinha, organizado por grupos camponeses tendo em vista a ocupação ou preservação de uma área, independente da Igreja e passando por fora do movimento sindical, recorrendo, no entanto, a um ou a outro como interlocutor ou mediador político nas negociações com as autoridades e com as forças de repressão atuantes na região. Tendo logrado, em muitos casos, manter um estoque razoável de terras, a questão que se coloca para esse campesinato é como organizar-se, formular com clareza e lutar por reivindicações novas que lhe permita manter o controle sobre a terra conquistada.

No momento em que terminei a redação deste trabalho, em dezembro de 1984, estava em gestação a proposta governamental de Reforma Agrária do governo que se instalou no ano seguinte. A discussão e a luta política desencadeada pela iniciativa governamental, assim como o crescimento e a organização mais ampla dos movimentos camponeses de reivindicação e ocupação de terras, mostrou que alguns dos temas aqui tratados tais como as formas de titulação e relação com a terra e a prática de venda de terras por parte dos camponeses continuam sendo desafios à nossa compreensão e às tentativas de transformação no campo. Por outro lado, a nova conjuntura mostrou também que a prática do chamado "trabalho escravo", outro tema aqui tratado, recrudescer no momento em que os grandes proprietários se sentiram ameaçados e se organizaram em escala nacional, indicando a estreita articulação a nível político entre a questão da terra e a questão dos direitos trabalhistas e dos cidadãos.